



# **PODEROSA ASSEMBLEIA ESTADUAL LEGISLATIVA**

**Poder Legislativo do Grande Oriente do Brasil no**

**Estado do Rio de Janeiro**  
**Instalada em 23 de Junho de 1979**  
[paelrj@gmail.com](mailto:paelrj@gmail.com)

**“ 1870 – 2020: 150 anos da Iniciação Maçônica de Luiz Gama ”**

**“NÃO HÁ LEIS TÃO JUSTAS E LEVES QUE NÃO NECESSITEM DE QUEM  
AS FAÇA EXECUTAR E GUARDAR”**

Rio de janeiro 09 de outubro 2020

## **PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**REF: PARECERES DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E DO  
TRIBUNAL ESTADUAL DE CONTAS, RELATIVOS AO ANO DE 2020**

**RELATOR: Ir. Luiz Carlos Pinheiro – MI. CIM 222.241 G 33**

**Trata-se dos Pareceres da Comissão de Orçamento e Finanças da PAEL/RJ, e do Tribunal Estadual de Contas respeitantes às movimentações econômicas/financeiras da Tesouraria da PAEL/RJ para análise desta Comissão de Constituição e Justiça e posterior discussão e votação pelo Plenário da PAEL/RJ.**

**Consubstanciado nos artigos 14 inciso VIII e 16 Inciso II letra “a”, ambos da Constituição Estadual, combinado ainda com o artigo 60, Inciso I, do RIPAEL, este relator após analisar os Pareceres em referência, esclarece o que se segue:**

**O inciso III do art. 44 do RIPAEL/RJ, expressa in verbis:**

**Art. 44 – “Compete ao Tesoureiro”**

**III- “Apresentar, no mês de março de cada ano, o balanço geral do ano financeiro anterior, conforme normas próprias e padrões oficiais, ou a qualquer época, se for substituído”.**

**Em função da inobservância desse preceito legal pela PAEL/RJ, a Comissão de Orçamento e Finanças e o Tribunal Estadual de Contas viu-se impossibilitado de exercer sua função fiscalizadora da matéria em tela, na forma do inciso III do artigo 61 do RIPAEL/RJ, e do inciso VII do artigo 55 da constituição Estadual, in verbis:**

**RIPAEL/RJ – art. 61 – “compete a comissão de Orçamento e Finanças”:**

**inciso III – “opinar sobre todas a proposições que envolvam matéria financeira”;**

**Constituição Estadual – art. 55 “compete ao Tribunal de Contas Estadual”:**

**inciso VII – “apreciação das contas dos responsáveis por bens e valores do GOBRJ”.**

**Ressalte-se que o Relatório da Comissão de Orçamento e Finanças da PAEL/RJ e do Tribunal Estadual de Contas, constataram diversas irregularidades na movimentação econômica/financeira na Tesouraria da PAEL/RJ.**

**O Código Disciplinar Maçônico em seu art. 21, que disciplina a autoria, assim expressa: “serão considerados autores os maçons que:**

**Inciso I – “diretamente praticarem o ato indisciplinar”;**

**Inciso II – “por qualquer meio, exercitarem, induzirem ou obrigarem a execução de ato indisciplinar”.**

**As conclusões da Comissão de Orçamento e Finanças e do Tribunal Estadual dão autoria e materialidade a eventos capitulados no Código Disciplinar Maçônico, cujas sanções estão previstas no artigo 24 e incisos seguintes.**

**Sem embargos, a Comissão de Orçamento e Finanças e do Tribunal de Estadual de Contas encontraram, além da falta de prestação de contas regulamentares, irregularidades que tangenciam ao crime de improbidade administrativa, na forma do seu artigo 11, incisos I e II da lei 8.429/92.**

**Assim, a partir dos fatos expostos, o Tesoureiro, Venerável Irmão CÉSAR FELLINE LAZARO, bem como o Eminente Presidente Irmão PEDRO BEZERRA DE MENEZES, responsáveis a época pelo controle financeiro da PAEL/RJ, encontram-se incursos nos artigos 24 incisos IV e V, combinado com os incisos I e II artigo 48, incisos I e II, artigo 49, incisos XXVI e XXVII, artigo 50, incisos IX e X, com agravantes previstos no artigo 33, inciso I e IV, todos do Código Disciplinar Maçônico.**

**Aos autores, ora declarados, cabe o direito inalienável ao contraditório, bem como deverá ser observada a liturgia para tal mister, na forma dos artigos 25, suas letras e parágrafos, 26, 27, 28 e seus incisos, 29 e 30 todos do RIPAE/RJ.**

## **V O T O**

**Pelo exposto, de acordo com os fatos acima descritos, esta Comissão de Constituição e Justiça recomenda e vota que a mesa diretora da PAEL/RJ abra processo legislativo para aplicação do art. 24, inciso V, que disciplina a cassação dos direitos maçônicos dos Veneráveis Irmãos PEDRO BEZERRA DE MENEZES e CÉSAR FELLINE LAZAROTTO.**

matéria seja levada a voto pelo Plenário da PAEL/RJ, a fim de pacificar os atos praticados pela mesa diretora pro tempore.

Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2020, E.V.



Ass.: LUIZ CARLOS PINHEIRO CIM 222.241

Ass.: RONALD CORTES VIEIRA CIM 159502



---

---

---

---

---